

Um levantamento realizado no Estado do Rio de Janeiro, mostrou que apenas 2,65 % dos entrevistados produziam leite por ser um negócio lucrativo. Os outros 97,35 % produziam leite por este possibilitar uma renda mensal, por não saberem fazer outra coisa ou ainda, porque combinava com outra atividade na propriedade (GOMES, 2.003). Nesse mesmo levantamento, quando os entrevistados foram questionados sobre o que pretendiam fazer com a produção de leite, responderam: utilizar tecnologia ou melhorar a que estava sendo empregada e aumentar a produção. Para atender esses produtores ávidos por informações técnicas e conseguir inserí-los no processo produtivo, é necessário haver profissionais de assistência técnica capacitados e com boas condições de trabalho. A capacitação desses técnicos ligados a entidades públicas ou privadas, ou mesmo autônomos, deveria ser feita pelas entidades de ensino e/ou pesquisa.

As propriedades leiteiras que hoje participam do Programa, no Rio de Janeiro, sob o título de Gerenciamento de Propriedades Leiteiras, apresentavam uma grave situação de geração de renda, que estava conduzindo-as ao desaparecimento, especialmente as de pequeno porte e cunho familiar. Muitos foram os relatos emocionados de produtores e seus familiares que confessaram que se o Projeto não tivesse chegado ao município, atualmente eles fariam parte das estatísticas do êxodo rural, no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A fixação do ser humano no campo passa, necessariamente, pela geração de renda na propriedade rural. Para que isso aconteça é preciso que o produtor adote conceitos e técnicas de produção já validadas por instituições de ensino e/ou de pesquisa. O problema é que esses conceitos e técnicas de produção não chegam aonde deveriam chegar, ou seja, no produtor.

As informações geradas nas instituições de ensino e pesquisa chegam ao produtor rural via mídia, palestras, cursos e dias de campo. Todos esses meios caracterizam processos de difusão, no qual a informação é repassada a um grupo de pessoas (coletivo) de forma imediata (curto prazo). A transferência de tecnologia é o processo oposto, individual e de longo prazo, que ocorre entre o

instrutor e o extensionista, e deste com o produtor rural. A difusão de tecnologia tem sido realizada com muito sucesso no Brasil, mas a transferência de tecnologia, que é o processo pelo qual realmente os produtores terão acesso às técnicas geradas nas entidades de ensino e pesquisa, tem ficado aquém do desejado.

Referência Bibliográfica:

GOMES, S.T. Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Rio de Janeiro.: relatório de pesquisa. – Rio de Janeiro: FAERJ:SEBRAE-RJ. 2003.

Metodologia

A estratégia encontrada pela Embrapa Pecuária Sudeste para solucionar o problema da transferência de tecnologia foi criar o Programa Balde Cheio, programa este que deu origem ao Programa Gerenciamento de Propriedades Leiteiras, parceria FAERJ/SEBRAE-RJ/SENAR-RIO/EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE. A transferência de tecnologia é feita utilizando uma pequena propriedade leiteira de cunho familiar como “sala de aula prática”, onde várias técnicas desenvolvidas pela Embrapa e por outras instituições são sugeridas, discutidas por todos os envolvidos (instrutores credenciados pelo Programa da Embrapa, técnicos e produtores), adequadas à realidade de cada propriedade e, por fim, implementadas. Busca-se, desta maneira, conduzir o trabalho com foco no sistema de produção como um todo.

Com o início do Programa no Rio de Janeiro, a partir de 2004, esse problema da transferência de tecnologia começou a ser resolvido nas propriedades participantes. Os produtores passaram a ter acesso e a adotar técnicas que lhes permitiram recuperar a auto-estima e a dignidade, e a cultivar a esperança e a confiança no futuro. Por menor que fosse a propriedade e o rebanho (que em alguns casos, nem existia), por mais problemático que fosse o relevo e por mais difícil que fosse a situação financeira, mesmo assim essas famílias tinham o direito de sonhar, e o que era mais importante, de realizar esses sonhos. Não existe um pacote de tecnológico a ser aplicado em todas as propriedades, e sim, uma discussão ampla entre todos os envolvidos sobre quais devem ser as tecnologias mais apropriadas a implementar em cada situação.

O ingresso da propriedade selecionada pelo técnico no município para ser sua “sala de aula prática” somente acontece quando ambos, produtor e técnico, estiverem de acordo com a natureza participativa do trabalho e de seus direitos e deveres para com o mesmo. Essa propriedade passa a ser denominada “Unidade de Demonstração” (UD). Além dos objetivos de ser utilizada como “sala

de aula prática” e gerar renda para a família do proprietário, a UD também servirá como exemplo para os produtores do município e da região, que porventura queiram visitá-la ou acompanhar o desenvolvimento da mesma.

Para que seja construído um elo forte de ligação entre o técnico e a família do produtor, e destes com o instrutor, as ações mais importantes no início do trabalho são as visitas a outras UD's. Lá, ambos poderão constatar a veracidade das informações passadas, as dificuldades encontradas pelos produtores e técnicos da extensão rural no começo da jornada, os problemas enfrentados, as soluções adotadas e os resultados obtidos, em propriedades que tenham perfis semelhantes às propriedades dos que as visitam. Essa atividade fortalece a confiança no trabalho e reacende a vontade de querer executá-lo.

Dentre os compromissos firmados, o técnico deverá visitar a UD na frequência mínima de uma vez ao mês, para o acompanhamento das atividades combinadas entre todos os envolvidos e auxílio na coleta de dados a ser efetuada pela família do produtor. O instrutor da Embrapa, ou o instrutor credenciado pelo Programa Balde Cheio/Gerenciamento Propriedades Leiteiras, terá a obrigação de retornar quadrimestralmente àquela UD por um período de quatro anos, que é a duração do trabalho.

Ao longo desse período o técnico começa a sentir segurança na aplicação das técnicas e inicia a aplicação das mesmas em outras propriedades do município e da região. Passa a distinguir onde as técnicas devem ser aplicadas, onde elas podem ser aplicadas, onde elas precisam sofrer adaptações para serem aplicadas em razão da situação particular de cada propriedade, e onde elas não devem ser aplicadas. É um processo contínuo e dinâmico de aprendizagem, não se encerrando após o quarto ano do projeto, pois, o vínculo de trabalho e de amizade gerado entre todos os envolvidos é a ferramenta mais poderosa para enfrentar dificuldades futuras.

Dentre as técnicas utilizadas no Projeto Gerenciamento de Propriedades Leiteiras podem ser agrupadas e citadas as seguintes:

- **Agropecuárias:** método de pastejo rotacionado de gramíneas forrageiras tropicais com divisão em piquetes de tamanho reduzido; correção de acidez do solo e adubação intensiva de pastagens com calcário, fertilizantes e adubos orgânicos; irrigação de pastagens; plantio direto de pastagens; produção de mudas de capim-tifton em bandejas; entrada dos animais nos piquetes no final da tarde/início da noite; sobressemeadura de aveia e azevém em pastagens tropicais durante o período de menor crescimento destas (outono-inverno); suplementação alimentar volumosa com cana-de-açúcar corrigida com a adição de uréia; implantação de áreas de sombra natural (renques de árvores); adequação de corredores para movimentação dos animais; cocho trenó; bebedouro-carrapato; uso de cerca elétrica com postes de “madeira plástica” (material reciclado); alteração no horário da ordenha da tarde; mudança na forma de condução dos animais; manejo da reprodução; implantação de um calendário sanitário; introdução de ordenha mecanizada; construção de salas de ordenha de baixo custo; instalação de fosso na sala de ordenha (conforto do operador); manejo de ordenha e práticas para obtenção de qualidade no leite produzido, dentre outras.
- **Gerenciais:** uso de planilhas para coleta de informações básicas sobre o rebanho (parições, coberturas, pesagem mensal do leite de cada vaca em lactação, pesagem mensal de fêmeas em crescimento, com fita de pesagem), monitoramento de eventos climáticos (chuva, e temperaturas máximas e mínimas); ficha de controle individual de cada animal do rebanho; quadros dinâmicos circulares de controles da reprodução de vacas e do crescimento de fêmeas jovens (bezerras e novilhas); acompanhamento e avaliação econômica da atividade (despesas e receitas) e planilhas eletrônicas de avaliação econômica e zootécnica da propriedade.

- Ambientais: recuperação e conservação da fertilidade do solo; uso de cobertura morta (“mulch”) como fator de proteção do solo, para redução da desagregação devido ao impacto da gota de chuva sobre o solo; plantio de matas ciliares; preservação de áreas de proteção permanente; redução de efluentes e melhoria da qualidade da água; recomendação de realização de outorga para uso de água na propriedade, dentre outras.